



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: Prefeitura de Primavera de Rondônia

Setor requisitante: SEMSAU

Responsável pela Demanda: Jair Godinho da Silva

1. OBJETO PROPOSTO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE A À Z, REFERÊNCIA/ÉTICO, SIMILAR, GENÉRICO E BIOLÓGICO E OUTROS, QUE COMPÕE A FARMÁCIA BÁSICA, INJETÁVEIS E DE CONTROLE ESPECIAL PERTECENTES À PORTARIA 344/98-MS, QUE COMPÕE A TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS – CMED E SENTENÇAS JUDICIAIS.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde tem como responsabilidade garantir o acesso integral, contínuo, seguro e racional aos medicamentos necessários à população residente no município, a presente justificativa sustenta a necessidade da aquisição de medicamentos que compõem a farmácia básica, atendem às demandas ambulatoriais e hospitalares, além daqueles que exigem controle especial, sob o regime da Portaria SVS/MS n.º 344/98

3. DESCRIÇÕES E QUANTIDADES:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	EXTIMATIVA DE VALOR PARA AQUISIÇÃO
01	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MEDICAMENTOS DE A À Z, REFERÊNCIA/ÉTICO, SIMILAR, GENÉRICO E BIOLÓGICO E OUTROS, QUE COMPÕE A FARMÁCIA BÁSICA, INJETÁVEIS, QUE COMPÕE A TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS – CMED.	R\$ 700.000,00
02	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MEDICAMENTOS DE A À Z SENTENÇAS JUDICIAIS QUE COMPÕE A TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS – CMED.	R\$ 150.000,00
03	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MEDICAMENTOS DE A À Z DE CONTROLE ESPECIAL PERTECENTES À PORTARIA 344/98-MS QUE COMPÕE A TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS – CMED.	R\$ 150.000,00

4. OBSERVAÇÕES GERAIS:

A empresa contratada deverá entregar os medicamentos conforme necessidade das unidades administrativas por quantidade descriminadas na nota de empenho.

4.1. Prazo de Entrega/Execução:

Após recebimento da nota de empenho a empresa terá o prazo de 15 (quinze) dias UTEIS.

4.2. Local de Entrega:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

Os medicamentos deverão ser entregues na farmácia municipal, localizado na Unidade Básica de Saúde Manoel de Lara na Av. Jorge Teixeira, Centro de Primavera de Rondônia-RO.

5. GRAU DE PRIORIDADE:

Alta, pois trata-se de medicamentos que são essenciais para o atendimento da unidade básica de saúde.

6. PERIODO DE CONSUMO:

Doze meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme O artigo 84 da Lei nº 14.133/2021 determina que “o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso”

7. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026.

8. QUAL A RELAÇÃO DA AQUISIÇÃO QUANTO AO INTERESSE PÚBLICO:

A aquisição de medicamentos pelo poder público está diretamente vinculada ao interesse público, pois responde à garantia constitucional de que “a saúde é direito de todos e dever do Estado” — promovendo ações que assegurem redução de riscos de doença e acesso universal e igualitário a medicamentos essenciais. Esse é um dos principais fundamentos da política de Assistência Farmacêutica no SUS, que inclui a seleção, programação, aquisição, distribuição e uso racional de medicamentos para a melhoria da saúde coletiva.

O objetivo central das aquisições públicas de medicamentos é garantir que toda a população tenha acesso aos medicamentos necessários, independentemente de sua condição socioeconômica. As compras públicas permitem que medicamentos de referência, genéricos, similares, biológicos, injetáveis e controlados sejam disponibilizados nas unidades de saúde sem custo direto ao usuário — favorecendo a equidade no acesso à saúde pública e reduzindo desigualdades regionais e sociais.

O interesse público também está relacionado ao dever de transparência e controle social das aquisições públicas. Os processos de compra devem ser feitos de forma aberta, com ampla pesquisa de preços, respeito aos limites legais (ex.: preços da CMED), e prestação de contas à sociedade. Isso cria mecanismos de controle e evita práticas que possam comprometer o erário ou favorecer interesses particulares em detrimento do bem comum.

JAIR GODINHO DA SILVA
Ordenador de Despesas – SEMSAU
Portaria Nº 015/GP/2025.
Decreto Nº 2319/2021